

REVISTA QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO LOCAL (N.ºS 00 A 26)

ÍNDICE DE AUTORES

Os algarismos a *bold* indicados em primeiro lugar, a seguir a cada entrada, correspondem ao número da Revista.

(A)

ALEXANDRINO, JOSÉ MELO – A Lei de Reforma da Administração Local e os seus grandes problemas – **01**, pp. 7 a 20.

_____ – Os processos de reforma do poder local: desenvolvimentos recentes – **03**, pp. 19 a 33.

_____ – O Direito Municipal como disciplina jurídica – **06**, pp. 7 a 20.

_____ – Dez questões em torno do lugar das freguesias na organização do Estado – **08**, pp. 7 a 18.

_____ – Primeiras notas sobre o processo de descentralização em curso – **18**, pp. 7 a 26.

ALMEIDA, JOSÉ PINTO DE / MAGALHÃES, RICARDO MAIA / URBANO, ANA FILIPA – Um caso de ajuste direto por razões materiais que o tribunal sufragou: em especial, a aquisição de serviços de representação jurídica – **22**, pp. 29 a 44.

ALMEIDA, LUÍS FILIPE MOTA – ver PEREIRA, PAULO TRIGO.

_____ – Breve roteiro crítico pela legislação autárquica em tempos de Covid-19 – **26**, pp. 63 a 75.

ALMEIDA, MIGUEL – A dívida das administrações locais e o Fundo de Apoio Municipal – **12**, pp. 7 a 25.

ALONSO SUÁREZ, LORENA – Municipios y blockchain: la transformación desde la Administración local – **19**, pp. 65 a 86.

AMARAL, JOSÉ PAIS DO e SOUSA, ANA PEREIRA DE – Regulamento Geral das Edificações Urbanas – o interesse público esquecido e o mau vizinho – **11**, pp. 51 a 66.

AMORIM, JOÃO PACHECO DE e TEIXEIRA, FRÉDÉRIC – Da delegação “legal” de competências do presidente da câmara municipal nas juntas de freguesia – **02**, pp. 145 a 152 (secção “Questões Atuais”).

ARIAS MARTÍNEZ, MARÍA ANTONIA – El Municipalismo democrático en España: reflexiones sobre el estado de la cuestión – **03**, pp. 75 a 94.

(B)

BARBOSA, ANDREIA ISABEL DIAS – A “ação popular financeira” – análise comparativa entre Portugal e Espanha – **20**, pp. 31 a 52.

BATALHA, JOÃO PAULO – Índice de Transparência Municipal: uma ferramenta para o aperfeiçoamento do poder local – **17**, pp. 7 a 25.

BATALHÃO, CARLOS JOSÉ – A jurisprudência eleitoral do Tribunal Constitucional em ano de eleições autárquicas (2013) – **00**, pp. 63 a 86.

_____ – A revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial de 2015: as novas regras de gestão territorial – **06**, pp. 41 a 56.

_____ – Os “lados opostos” da autonomia local em matéria de pessoal: o Acórdão n.º 494/2015 do Tribunal Constitucional, seus efeitos e o pagamento aos trabalhadores – **09**, pp. 79 a 96.

_____ – Recensão – **12**, pp. 127 a 131.

_____ – O Centro Histórico do Porto e a tributação em sede de IMI – **14**, pp. 53 a 64.

_____ – Recensão – **14**, pp. 155 a 157.

_____ – Recensão – **19**, pp. 137 a 140.

_____ – A(s) responsabilidade(s) dos trabalhadores das autarquias locais – **21**, pp. 61 a 85.

_____ – Recensão – **21**, pp. 151 a 154.

_____ – Um caso de ajuste direto que um senhor vereador votou e depois impugnou no tribunal (“Anotação”) – **23**, pp. 79 a 96.

_____ – Recensão – **25**, pp. 133 a 135.

_____ – Institutos jurídico-contratuais convocados pela pandemia da Covid-19 – **26**, pp. 99 a 123.

BATALHÃO, CARLOS JOSÉ e SILVA, SÍLVIA – Acordos de execução: questionário nacional e análise das primeiras respostas – **04**, pp. 65 a 86.

BERNAL BLAY, MIGUEL ÁNGEL – La contratación de las Entidades Locales en las nuevas Directivas europeas sobre contratos públicos – **06**, pp. 99 a 114.

BERZOSA LÓPEZ, DANIEL – Un análisis actual y prospectivo de las elecciones municipales españolas de 2015 – **07**, pp. 73 a 90.

BOIX PALOP, ANDRÉS – La reconstrucción del marco jurídico-administrativo del desarrollo local en España en el marco de la reforma de 2013 – Sostenibilidad y racionalización de la administración local en España – **17**, pp. 43 a 64.

BRANCO, FREDERICO DE FRIAS MACEDO – Relatório relativo aos acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte referenciados na Revista, no período de 2003 até ao 1.º semestre de 2018 – **20**, pp. 111-132.

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE – O Acórdão n.º 532/2017 do Tribunal Constitucional e o poder local (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 532/2017, de 11.09.2017, Proc. n.º 843/17) – **17**, pp. 93-125.

(C)

CADAVAL, MARÍA – La evolución de la población rural en España y su incidencia en la gestión municipal – **14**, pp. 79-105.

CALVO LÓPEZ, PATRICIA – Recensão – **09**, pp. 171 a 175.

CAMPOS ACUÑA, M.ª CONCEPCIÓN – Las Entidades Locales españolas ante la reforma legal de 2015. La transformación digital del procedimiento administrativo común – **11**, pp. 87 a 104.

CARBONELL PORRAS, ELOÍSA – Cooperación transfronteriza y entidades locales – **12**, pp. 65 a 82.

CARDOSO, ANDRÉ PEREIRA / ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA – Taxas (locais) e sinalgmaticidade: breves notas a propósito do caso “área de serviço de Antuã” – **24**, pp. 39 a 51.

CARDOSO, ISABEL MORAES e DUARTE, IVAN ROQUE – A intervenção do ICNF na gestão urbanística municipal no âmbito do SNUFCI e a criação da Entidade Regional de Condicionamentos à Edificação – **20**, pp. 71 a 90.

CARVALHO, CARLOS – Relatório sobre a Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo (decisões publicadas na Revista) – **15**, pp. 101 a 118.

CARVALHO, JOÃO BAPTISTA DA COSTA – Eficiência e saúde financeira dos municípios. Quais os melhores indicadores? – **07**, pp. 7 a 16.

CARVALHO, JORGE – Insuficiências do planeamento municipal – **04**, pp. 7 a 17.

- CARVALHO, JORGE / OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Classificação e reclassificação do solo urbano no novo quadro legal – **08**, pp. 19 a 36.
- CARVALHO, NUNO – O conceito fiscal de prédio devoluto – **15**, pp. 63 a 82.
- CARVALHO, RAQUEL – A Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, é aplicável aos procedimentos de recrutamento da administração local? – **02**, pp. 145 a 148 (secção “Questões Atuais”).
- CARVALHO, RAQUEL – Recensão – **04**, pp. 123 a 126.
- CASANUEVA MURUÁIS, CARLA – Recensão – **11**, pp. 155 a 158.
- CASTRO, ISILDA e XAVIER, JOANA – Recensão – **20**, pp. 177 a 181.
- CHRISTOFOLI, DANIEL PIRES / SOUZA, ANDRÉ LEANDRO BARBI DE – O município na Constituição Federal do Brasil de 1988 e a organização da atividade jurídica pública no âmbito local – **08**, pp. 55 a 74.
- CORREIA, FRANCISCO JOSÉ ALVEIRINHO – Municípios financeiramente desequilibrados: alguns contributos justificativos – **09**, pp. 9 a 30.
- CORREIA, J. M. SÉRVULO – O Direito Constitucional das autarquias locais em Portugal – **11**, pp. 7 a 29.
- COSTA, PEDRO MOTA E – Recensões – **08**, pp. 139 a 144.
- COUTINHO, JULIANA FERRAZ – As empresas locais e as decisões de organização da entidade pública participante: um esboço de sistema – **08**, pp. 37 a 53.
- _____ – Fundações municipais: uma verdadeira alternativa de organização? – **13**, pp. 7 a 23.
- _____ – Recensão – **16**, pp. 123 a 125.
- _____ – Sobre o direito do património cultural arqueológico: alguns aspetos fundamentais – **17**, pp. 27 a 42.
- _____ – Recensão – **23**, pp. 147 a 149.
- _____ – A atividade de fiscalização das contraordenações previstas no art. 71.º do Código da Estrada: concessionar ou não concessionar? (Proposta de um método para a tomada de decisão) – **25**, pp. 23 a 40.
- COUTINHO, JULIANA FERRAZ / SERRÃO, TIAGO – O funcionamento dos órgãos colegiais autárquicos: algumas considerações – **21**, pp. 7 a 27.
- CUNHA, FILIPA NUNES – Endividamento municipal por “abertura de crédito” – O crivo do Tribunal de Contas – **14**, pp. 65 a 78.

(D)

DÍAZ LEMA, JOSÉ MANUEL – Participación administrativa en el ámbito local: un complemento a la representación política – **04**, pp. 53 a 63.

DOMÍNGUEZ BLANCO, JOSÉ MARÍA – Plazo para la ejecución de las órdenes de restitución urbanísticas en España: especial referencia a Galicia – **23**, pp. 63 a 77.

DUARTE, IVAN ROQUE – Do conceito de atribuições e da relação entre as normas de atribuições e normas de competência, no direito das autarquias locais – **18**, pp. 45 a 67.

_____, ver CARDOSO, ISABEL MORAES.

DUARTE, RUI – ver MARQUES, LUÍS.

DURO, JOANA – ver MORIM, ANA RUTE.

(...)

(F)

FAUSTINO, LUÍS – Relações inter-regulamentares nas autarquias locais: algumas notas – **13**, pp. 67 a 88.

FERNANDES, ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA – A União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda e o Diário da República – **10**, pp. 147 a 158 (secção “Questões Atuais”).

FERREIRA FERNANDÉZ, A. JAVIER – La Reforma de la Administración Local en España: la Ley 27/2013, de 27 diciembre, de Racionalización y Sostenibilidad de la Administración Local – **01**, pp. 81 a 91.

FERREIRA, EDUARDO PAZ e OLIVEIRA, ANA PERESTELO DE – O Fundo de Apoio Municipal e o princípio da autonomia financeira das autarquias – **01**, pp. 61 a 80.

FERREIRA, FERNANDO e SOUSA, PEDRO – O policiamento de proximidade: uma abordagem local aos problemas de segurança – **06**, pp. 79 a 98.

FIGUEIRA, JOÃO – ver SILVA, SUZANA TAVARES DA.

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Como celebrar acordos de execução: problemas, soluções (caso a caso) e bom senso q.b. – **01**, pp. 41 a 59.

_____, – O procedimento administrativo no (novo) CPA: dúvidas sobre a sua subalternização perante o acto e o processo – **05**, pp. 25 a 42.

_____ – A descentralização nos domínios das vias de comunicação e estacionamento público:
less is more – **25**, pp. 7 a 22.

FONSECA, ISABEL CELESTE M. / PRATA, ANA RITA ALMEIDA – *Smart cities vs. smart(er) governance*: cidades inteligentes, melhor governação (ou não) – **24**, pp. 19 a 38.

FONT I LLOVET, TOMÁS e GALÁN, ALFREDO GALÁN – Autonomía local, estabilidad presupuestaria y principio democrático en España – pp. 89-96.

(G)

GALÁN, ALFREDO GALÁN – ver FONT I LLOVET, TOMÁS.

GARCIA, CRISTINA MARIA CABANELAS GAMA – Coordenadas de uma realidade em Lisboa: contrato interadministrativo de cooperação entre município e freguesia – **22**, pp. 45 a 66.

GARRIDO JUNCAL, ANDREA – La prevención de la corrupción en el ámbito local. Propuestas a la luz del estudio del Derecho francés – **15**, pp. 83 a 99.

GONÇALVES, PEDRO COSTA – As entidades intermunicipais – em especial, as comunidades intermunicipais – **01**, pp. 21 a 40.

GOMES, NOEL – O controlo da despesa pública no período pós-Troika: a versão 2.0 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – **07**, pp. 37 a 51.

_____ – Recensão – **15**, pp. 169 a 172.

GONÇALVES, CLÁUDIA JANARDO – ver MARQUES, LUÍS.

GUEDES, ANA CLÁUDIA – O Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração: um guia de primeira leitura – **07**, pp. 53 a 72.

_____ – Recensão – **14**, pp. 151 a 154.

_____ – Notas soltas sobre a instalação de atividades económicas e usos do solo – reflexões *ad perpetuam rei memoriam* – **16**, pp. 39 a 57.

_____ – Recensão – **21**, pp. 158 a 164.

_____ – Dos espaços com dança e karaoke e sua articulação com o Regime Jurídico de Acesso e de Exercício de Diversas Atividades de Comércio, Serviços e Restauração – **22**, pp. 19 a 27.

_____ – Recensões – **24**, pp. 109 a 113.

_____ – ver MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO.

_____ – ver LOPES, DULCE.

(H)

HERMANY, RICARDO e JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING – A ruptura do pacto federativo brasileiro e a judicialização das políticas públicas de saúde: uma análise a partir da esfera municipal – **09**, pp. 115 a 129.

HERMOZILHA, PATRÍCIA – ver LOPES, DULCE.

(...)

(J)

JIMÉNEZ ALEMÁN, ÁNGEL ADAY – La Reforma de 2013 del régimen jurídico de las AECTs: Nuevas oportunidades para la cohesión económica, social y territorial europea – **05**, pp. 81 a 94.

_____ – La Ley de racionalización y sostenibilidad de la Administración Local y la STC 41/2016, de 3 de marzo: Crónica de una inconstitucionalidad anunciada – **10**, pp. 45-63.

JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING – ver, HERMANY, RICARDO.

(...)

(L)

LIMA, LICÍNIO C. – O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa? – **05**, pp. 7 a 24.

LOPES, EDUARDO JORGE MADUREIRA – Por uma cidadania mais activa, criativa, esclarecida e crítica. O Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Braga – **15**, pp. 7 a 19.

LOPES, DULCE e GUEDES, ANA CLÁUDIA – Condições para a exigibilidade de compensações por exclusão de prédios integrados em Aproveitamentos Hidroagrícolas – **12**, pp. 109 a 119 (secção “Questões Atuais”).

LOPES, DULCE e HERMOZILHA, PATRÍCIA – Dinâmicas da imigração e alojamento de trabalhadores agrícolas – **20**, pp. 53 a 69.

LOPES, DULCE e LUFINHA, MARIA JOSÉ – Por que falham as consultas em razão da localização? Os pareceres de entidades externas e o seu impacto na gestão do território – **15**, pp. 43 a 62.

LOPES, DULCE – ver OLIVEIRA, FERNANDA PAULA.

LUFINHA, MARIA JOSÉ – ver LOPES, DULCE.

(M)

MAGALHÃES, RICARDO MAIA – ver ALMEIDA, JOSÉ PINTO DE

MAIA, CATHERINE – ver OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO DE

MAYER, DUARTE DE LIMA – Edificação em loteamentos e planos especiais supervenientes (secção “Questões Atuais”) – **09**, pp. 161 a 169.

MARQUES, EDUARDO CASTRO – O encarregado de proteção de dados na Administração Pública – **25**, pp. 41 a 59.

MARQUES, LUÍS – Os atestados emitidos pelas juntas de freguesia – algumas notas – **06**, pp. 57 a 78.

_____ – O regime das polícias municipais: presente e futuro – **23**, pp. 45-61.

_____ – A polícia mortuária municipal – **25**, pp. 61 a 74.

MARQUES, LUÍS, DUARTE, RUI e GONÇALVES, CLÁUDIA JANARDO – A alienação de bens móveis das autarquias locais: comentários e notas práticas – **19**, PP. 47 A 64.

MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO, OLIVEIRA, FERNANDA PAULA, RAFEIRO, MARIANA MAIA e GUEDES, ANA CLÁUDIA – O Sistema da Indústria Responsável: um novo Licenciamento Zero para a indústria? – **00**, pp. 7 a 35.

MAYER, DUARTE DE LIMA – A taxa reduzida de IVA em áreas de reabilitação urbana para obras novas: o caso de Lisboa (“Questão Atual”) – **24**, pp. 97 a 107.

MIGUÉIS, JORGE – Abstenção técnica *versus* “eleitores-fantasma” – **14**, pp. 7-27.

MIRANDA, JOÃO – Recensão – **07**, pp. 123 a 125.

_____ – Renúncia coletiva ao mandato autárquico e funcionamento do órgão executivo até às eleições intercalares – **09**, pp. 59 a 77.

_____ – O estatuto dos bens cedidos ao município no âmbito de operações urbanísticas – **14**, pp. 29 a 51.

MIRANDA, JOÃO e GUERREIRO, SANDRA – A protecção dos proprietários na alteração da licença de operação de loteamento à luz da mais recente modificação do RJUE – **05**, pp. 43 a 58.

MONTALVO, ANTÓNIO REBORDÃO – Recensão – **17**, pp. 141 a 144.

_____ – A governação multinível e a Administração Pública territorial nos Estados da Europa – **24**, pp. 7 a 18.

MOREIRA, VITAL – Sobre o poder sancionatório autónomo das autarquias locais – **04**, pp. 117 a 122 (secção “Questões Atuais”).

MORIM, ANA RUTE e DURO, JOANA – As reduções remuneratórias na Lei de Orçamento de Estado de 2016: o fim de um ciclo? – breve análise do artigo 35.º – **10**, pp. 137 a 145 (secção “Questões Atuais”).

(N)

NASCIMENTO LÓPEZ, LUCÍA DO – El nuevo Reglamento General de Protección de Datos y su impacto sobre la actividad de las Administraciones Públicas en Europa – **16**, pp. 59 a 78.

NEVES, ANA FERNANDA – As 35 horas de trabalho nas autarquias locais – **06**, pp. 139 a 143 (secção “Questões Atuais”).

_____ – Autonomia local em matéria de pessoal (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 494/2015, de 07.10.2015, Proc. n.º 1129/14) – **08**, pp. 75 a 108.

_____ – Reabilitação de prédios nos centros históricos – **11**, pp. 31 a 50.

_____ – Os dados pessoais do domínio público – **16**, pp. 7 a 21.

NEVES, MARIA JOSÉ CASTANHEIRA – ver OLIVEIRA, FERNANDA PAULA.

NETO, LUÍSA – Recensão – **02**, pp. 153 a 154.

NORONHA, FRANCISCO – A avaliação ambiental de planos municipais – (alguns) problemas e (algumas) soluções – **00**, pp. 37 a 62.

NUNES, JOSÉ ANTÓNIO BARRETO – Relatório sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais da Relação de Lisboa, Porto, Guimarães, Coimbra e Évora –

Sumários escolhidos para publicação na Revista, desde o seu n.º 00 (Outubro/Dezembro de 2013) até ao n.º 21 (Janeiro/Março de 2019) – **22**, pp. 67-83.

(O)

OLIVEIRA, A. SOFIA PINTO – Relatório sobre a Jurisprudência do Tribunal Constitucional (sumários de acórdãos publicados na Revista de 2014 a 2017) – **17**, pp. 65 a 77.

OLIVEIRA, ANA PERESTELO DE – ver FERREIRA, EDUARDO PAZ.

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO DE – Quase 40 anos de democracia local: um período sem paralelo na história político-administrativa de Portugal – **03**, pp. 35 a 61.

_____ – Recensão – **05**, pp. 143 a 146.

_____ – Recensão – **06**, pp. 149 a 152.

_____ – As assembleias municipais em Portugal: a Constituição, a democracia e a realidade – **07**, pp. 17 a 35.

_____ – A singularidade europeia da divisão municipal em Portugal: o Decreto de 6 de novembro de 1836 – **09**, pp. 31 a 57.

_____ – Recensões – **10**, pp. 159 a 163.

_____ – Recensão – **13**, pp. 133 a 134.

_____ – Recensões – **16**, pp. 126 a 127.

_____ – Recensão – **17**, pp. 145 a 148.

_____ – Descentralização: a organização político-administrativa do território em França e em Portugal (desde as Revoluções de 1789 e 1820 até aos nossos dias) – **19**, pp. 7 a 31.

_____ – Recensão – **19**, pp. 141 a 142.

_____ – Recensão – **21**, p. 157.

_____ – Recensão – **22**, pp. 213 a 133.

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO DE e MAIA, CATHERINE – Poder local: as experiências dos países europeus e o caso da Tunísia – **12**, pp. 27 a 41.

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Regime transitório da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – **03**, pp. 135 a 142 (secção “Questões Atuais”).

_____ – o direito dos solos na Lei n.º 31/2014 – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – **04**, pp. 19 a 31.

- _____ – O artigo 35.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – **05**, pp. 131 e 140, (secção “Questões Atuais”).
- _____ – Recensão – **05**, pp. 141 e 142.
- _____ – Algumas questões em torno da direcção do procedimento e do dever da sua delegação no CPA – **06**, pp. 21-40 (secção “Questões Atuais”).
- _____ – As dúvidas em torno da classificação dos solos no novo quadro legal em seis perguntas e seis respostas – **15**, pp. 21 a 41.
- _____ – Protecção do património azulejar no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação: que património e que protecção? – **15**, pp. 157-167 (secção “Questões Atuais”).
- _____ – A exceção como regra na reabilitação de edifícios e frações: breve apresentação do Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho – **23**, pp. 25 a 44.
- _____ – Como articular os conceitos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas? – **25**, pp. 115 a 127 (secção “Questão Atual”).
- _____ – Impacto da Covid nos procedimentos urbanísticos – **26**, pp. 77 a 97.
- OLIVEIRA, FERNANDA PAULA e LOPES, DULCE – 40 Anos de Urbanismo em Portugal: *plus ça change, plus c’est la même chose?* – **02**, pp. 21 a 42.
- _____ – Estufas agrícolas em solo urbano: solução contraditória ou adequada? – **10**, pp. 125 a 136 (secção “Questões Atuais”).
- _____ – Reabilitação urbana em ARUs sem ORUs: que conceito de reabilitação e que benefícios fiscais em matéria de IVA? – **13**, pp. 25 a 46.
- _____ – Mais um parecer “fora da caixa”? – O parecer do ICNF no âmbito da nova redação do art. 16.º do SDFCI e os pareceres em função da localização do RJUE – **17**, pp. 127 a 135 (secção “Questões Atuais”).
- _____ – Breves notas sobre algumas das alterações na “legislação das florestas”. Em especial, a alteração ao artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 – **21**, pp. 29-59.
- _____ – O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é vinculativo dos particulares? (“Questão Atual”) – **23**, pp. 137 a 145.
- OLIVEIRA, FERNANDA PAULA, LOPES, DULCE e NEVES, MARIA JOSÉ CASTANHEIRA – Regulamentos municipais em matéria urbanística: perspectivas atuais – **10**, pp. 13 a 44.
- OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – ver CARVALHO, JORGE.
- OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – ver MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO.
- OLIVEIRA, LUÍS VALENTE DE – Descentralização, pedra angular da reforma do Estado – **10**, pp. 7 a 12.
- OLIVEIRA, NATHALIE DE – Covid-19 em França, o poder local à prova. O exemplo do Município de Metz – **26**, pp. 39 a 61.

(P)

PARDAL, SIDÓNIO – A Política Florestal no Nosso País – **02**, pp. 7 a 19.

PEREIRA, PAULO TRIGO – A alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais de 2018: passo à frente ou passo atrás? – **20**, pp. 7 a 30.

PINTO, ANA MOURA – ver ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA.

PINTO, ELIANA DE ALMEIDA – O efeito paralisador das entidades gestoras da requalificação – Omissão regulamentar e efeitos no caso das autarquias locais? – **11**, pp. 67 a 76.

PORTOCARRERO, MARTA – A tutela administrativa sobre as autarquias locais na Constituição de 1976: velhas dúvidas e novos desafios – **03**, pp. 63 a 74.

_____ – Recensão – **06**, pp. 145 a 148.

PRATA, ANA RITA ALMEIDA – ver FONSECA, ISABEL CELESTE M.

(...)

(R)

RAFEIRO, MARIANA MAIA – ver MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO.

RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS – Controlo prévio das operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública – em particular, a questão do âmbito de aplicação – **05**, pp. 59 a 80.

RAMIÃO, RÚBEN – Autarquias locais e direito à informação – **26**, pp. 125 a 142.

REBELO, RITA GONÇALVES – O caso do Clube Desportivo de Tondela (Anotação ao Acórdão do Tribunal de Contas n.º 17/2015, de 01.12.2015, Proc. n.º 1672/2015) – **10**, pp. 65 a 83.

RIO, RUI – A conciliação da gestão com a política: um exemplo concreto – **03**, pp. 7 a 18.

ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA – Recensão – **03**, pp. 143 a 145.

- _____ – Sobre a corrosão da autonomia financeira dos entes locais, a propósito da “Declaração Conjunta sobre a Descentralização” – **18**, pp. 27 a 43.
- _____ – ver CARDOSO, ANDRÉ PEREIRA.
- ROCHA, JOAQUIM FREITAS DA e PINTO, ANA MOURA – As finanças locais portuguesas após o 25 de Abril de 1974 – **02**, pp. 43 a 67.
- RODRIGUES, JOÃO MARQUES – Algumas notas práticas sobre a conjugação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação com o Código do Procedimento Administrativo – **22**, pp. 7 a 17.
- _____ – Contributos para a clarificação do regime substantivo dos contratos urbanísticos – **24**, pp. 53 a 67.
- ROMÁN MÁRQUEZ, ALEJANDRO – Trabas municipales a la proliferación de viviendas de uso turístico y defensa de la competencia en España – **20**, pp. 91 a 110.

(S)

- SÁNCHEZ-MESA MARTÍNEZ, LEONARDO J. – Recensão – **08**, pp. 135 a 137.
- SANTIAGO IGLESIAS, DIANA – Ciudades inteligentes: aproximación a un fenómeno en auge – **18**, pp. 85 a 103.
- SANTOS, MARIA CRISTINA GALLEGOS DOS – Questões do contencioso administrativo de direito local e regional (Relatório sobre a Jurisprudência do Tribunal Central Administrativo Sul – 2013-2017) – **18**, pp. 105 a 112.
- SANTOS, MARTA COSTA – O pacote financeiro das novas competências das autarquias e entidades intermunicipais previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto – **21**, pp. 87 a 110.
- SANTOS, MARTA COSTA – ver SILVA, SUZANA TAVARES.
- SANTOS, PATRÍCIA ALEXANDRA TAVARES – O Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro, e a necessidade de realocização de habitações destruídas – **18**, pp. 69 a 84.
- SANZ LARRUGA, FRANCISCO JAVIER – Recensão – **17**, pp. 138 a 140.
- SERRÃO, TIAGO – ver COUTINHO, JULIANA FERRAZ.
- SILVA, HUGO FLORES DA – O Imposto Municipal sobre Imóveis: considerações sobre um imposto local – **13**, pp. 47 a 65.
- _____ – Recensão – **21**, pp. 155 a 156.

SILVA, PEDRO CRUZ E – A participação municipal nos serviços públicos de saúde – **02**, pp. 69 a 88.

SILVA, SÍLVIA – ver BATALHÃO, CARLOS JOSÉ.

SILVA, SUZANA TAVARES DA – Uma jurisprudência constitucional que “interfere permanentemente” com a arrumação dogmática das categorias tributárias (Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 581/2012, de 05.12.2012, Proc. n.º 204/12) – **00**, pp. 87 a 115.

_____ – O novo regime jurídico para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão: breve apontamento crítico – **19**, pp. 33 a 46.

_____ – A iluminação pública como serviço público autónomo da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão: o caso da cidade de Lisboa – **23**, pp. 7 a 24.

SILVA, SUZANA TAVARES DA e SANTOS, MARTA COSTA – O Fundo de Apoio Municipal: algumas considerações – **04**, pp. 33 a 52.

SIMÕES, LILIANA – O Conselho dos Lugares – **04**, pp. 33 a 52 (secção “Questões Atuais”).

SOARES, SARA – A parafiscalidade e as garantias dos contribuintes: algumas reflexões – **09**, pp. 97 a 113.

_____ – Da jurisprudência recente sobre a isenção de IMT na transmissão de bens imóveis da empresa insolvente – **12**, pp. 43 a 63.

SOUSA, ANA PEREIRA DE – ver AMARAL, JOSÉ PAIS DO.

SOUSA, JOÃO NUNO BORBA VIEIRA DE ALMEIDA E – Domínio público marítimo versus propriedade privada – núcleos urbanos consolidados e título legal dos terrenos no regime da Lei n.º 31/2016, de 23 de Agosto – **20**, pp. 167 a 175 (secção “Questões Atuais”).

SOUSA, PEDRO – ver FERREIRA, FERNANDO.

SOUZA, ANDRÉ LEANDRO BARBI DE – ver CHRISTOFOLI, DANIEL PIRES.

(T)

TAVARES, JOSÉ F. F. – Relatório sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas referente à Administração Local (2013-2017) – **16**, pp. 79 a 89.

TEIXEIRA, FRÉDÉRIC – ver AMORIM, JOÃO PACHECO DE.

TUBERTINI, CLAUDIA – Il governo locale in Italia di fronte all’emergenza (sanitaria, sociale ed economica) derivante dalla pandemia – **26**, pp. 29 a 37

(U)

URBANO, ANA FILIPA – ver ALMEIDA, JOSÉ PINTO DE.

(V)

VALE, ANA QUEIROZ DO – A classificação do solo e a delimitação da Reserva Agrícola Nacional – um exercício de conjugação de regimes – **16**, pp. 23 a 37.

VELASCO CABALLERO, FRANCISCO – Ayuntamientos españoles bajo el estado de alarma por la Covid-19 – **26**, pp. 7 a 27.

VITORINO, JOSÉ MIGUEL – As participações dos municípios em associações de Direito Privado ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto – **11**, pp. 77 a 86.

(...)

(X)

XAVIER, JOANA – ver CASTRO, ISILDA.